



Entrevistado: Pedro Pinchas Pedro Geiger
Entrevistadora: Mônica Machado Machado
Entrevista realizada em 31 de outubro de 2001

Mônica Machado Machado: Professor Pedro Geiger, onde e em que ano nasceu?

Pedro Geiger: Eu nasci na cidade do Rio de Janeiro, mas eu tenho várias datas de aniversário. Aparentemente eu nasci no dia 18 de fevereiro de 1923. Eu só descobri essa data quando meus filhos, gêmeos, fizeram 13 anos, porque o meu pai é de religião israelita. Nessa religião o primeiro dia do mês é um dia santificado, a lua nova é que marca o início do mês. Em geral, na noite da lua nova se faz uma bênção da lua. Eu nasci, pelo calendário hebraico, no primeiro dia do mês *Adar*. Meu pai achava que era importante o fato de eu ter nascido nesse dia, uma espécie de eleição. De modo que ele resolveu colocar na minha certidão o primeiro dia de um mês do calendário gregoriano, que foi o dia 1º de março. Ele quis assinalar que eu era nascido no primeiro dia de um mês. Só que, na verdade, eu tinha nascido no primeiro dia de um mês hebraico, chamado 1º de *Adar*, que caiu no dia 18 de fevereiro.

Mônica Machado: Seus pais também são brasileiros?

Pedro Geiger: Não, eles nasceram na antiga Palestina. A minha mãe era palestina, mas a família era originária da Áustria. Eles vieram para o Brasil logo depois da Primeira Guerra Mundial, em 1920, para o Rio de Janeiro. No final da Primeira Guerra Mundial, houve uma crise muito forte na Europa e muitas pessoas saíram para a América, a idéia era a de fazer a América, uma idéia que vinha desde o fim do século XIX até a crise dos anos 30. Depois a situação se complica, não se tratava mais de fazer a América, e sim de fugir da Europa, por razões de perseguições. Até o final da década de 20, dominava a idéia de vir para a América para subir de *status* social. Isso estava previsto no Manifesto Comunista de Marx, onde ele prevê uma piora geral da situação mundial, a revolução como decorrência do agravamento da miséria, da pobreza na Europa. A idéia era a de que o capitalismo iria desenvolver acumulações e desigualdades crescentes, promovendo desequilíbrio entre as forças de produção e as relações sociais. Haveria uma desigualdade forte, e então a crise capitalista. Mas, no próprio Manifesto Comunista, Marx já previa a existência dos Estados Unidos.

Mônica Machado: Por que os seus pais escolheram o Brasil?

Pedro Geiger: Primeiro porque havia controles maiores nos EUA, eles tinham um controle de imigração maior, não sei se posso dizer maior, mas havia controles tanto no Brasil quanto nos EUA. Dependia da sorte dos imigrantes, alguns teriam a sorte de vir para o Brasil, outros teriam a sorte de ir para os EUA. Outro fator foi a condição de parentesco. Quando o meu pai veio para o Brasil, três de seus irmãos já moravam aqui.

Mônica Machado: E quanto a sua formação profissional, que colégios frequentou?

Pedro Geiger: Eu estudei no Pedro II, onde eu ingressei por volta de 1932, com dez anos de idade, e só saí em 1939. Naquele tempo, o segundo grau era feito em cinco anos. Quando acabava o 5º ano, havia o que se chamava curso complementar. Você escolhia um dos três cursos complementares, havia um dirigido para Engenharia, Química industrial etc., outro para Medicina, Odontologia etc., e um terceiro dirigido para Direito, Letras etc. O aluno que terminava o 5º ano do Ginásio tinha que escolher um desses cursos complementares, com duração de dois anos. Em 1939, eu estava terminando o Ginásio e queria ser médico. Meu sonho sempre foi



ser médico, mas meus pais não tinham condições financeiras, o que me levou a arrumar um trabalho para poder pagar meus estudos de Medicina. A saída para mim era me tornar um professor, porque naquela época o Governo brasileiro estava interessado, com a Reforma Capanema, em criar a carreira de professor secundário, em licenciar professores. Por que licenciar? Porque antes o professor secundário tinha uma formação de profissional liberal, ele era médico, dentista, engenheiro, advogado etc. Todos podiam lecionar no ensino secundário. Por exemplo, o Delgado de Carvalho era diplomata do Itamaraty. O curso superior não importava. Se você fosse membro do Instituto Histórico Geográfico ou da Academia Brasileira de Letras, ou outra instituição, você tinha permissão para lecionar, pois não havia a formação de professor. A Reforma Capanema do Getúlio, uma das grandes reformas, introduziu a carreira de professor como carreira profissional. Para isso, foram criadas as Faculdades de Filosofia. Quando eu acabei o 5º ano, entrei para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1939; eu estava com 17 anos. Para estimular a carreira de professor, o Governo permitia o ingresso direto do Ginásio para a Faculdade de Filosofia, sem precisar fazer o curso complementar, que era então exigido. A Faculdade de Filosofia era a única que não exigia o curso complementar. Eu terminei o Pedro II e entrei nessa Faculdade, onde cursei Geografia e História, a fim de me tornar professor e poder custear meus estudos de Medicina. Mas para fazer a Faculdade de Medicina eu tinha que fazer o curso complementar. Então, durante o ano de 1940, eu freqüentava de dia a Faculdade de Filosofia e de noite o curso complementar de Medicina, no Colégio Rabello, que ficava em frente ao Colégio Militar, na Francisco Xavier. Como muitos professores não tinham licença, faziam curso na Faculdade de Filosofia para se tornarem professores. Eu mesmo tive um professor de História no Colégio Rabello que era meu colega na Faculdade de Filosofia. Eu fiz tudo para estudar Medicina, mas acabei não o fazendo, porque fui jogado na profissão de geógrafo no IBGE.

Mônica Machado: E por que História e Geografia?

Pedro Geiger: Meu pai sugeriu que eu fizesse Geografia e História. Eu era muito politizado; com 13 anos de idade eu acompanhei a Revolução Espanhola. Eu já tinha uma tendência meio esquerdista. Uma mistura de esquerdista e democrata, porque, ao mesmo tempo em que eu torcia pelos Aliados, pelos ingleses, pelos franceses, pela Aliança, torcia também pelos republicanos, contra os fascistas, isso foi em 1936, na Revolução da Espanha. Em 1935, quando eu tinha 12 anos, acompanhava pelos jornais a invasão da Abissínia por Mussolini. Eu estava envolvido com a História, com a Política, e até hoje estou. Estava também envolvido com a Geografia, porque tudo isso se passava no mundo, e para mim o território, o espaço geográfico, tinha uma importância enorme, porque eu era filho de imigrantes, os meus pais viviam lá e aqui, eu vivia aqui e na Europa. Para mim, o mundo foi sempre um mundo só; e o lugar e o mundo, na minha visão, não são separados. A idéia do lugar e do mundo é a idéia do princípio da diversidade, que pressupõe a indiferença. É o princípio ligado à visão marxista e não platônica do simulacro. Se a diversidade significa aceitação do outro, se a diversidade significa que você tem o eu e todo o resto da humanidade, que somos todos iguais, a questão do lugar e do mundo também se coloca da mesma forma. Cada lugar é diferente do outro, mas todos eles fazem parte de uma unidade, que é o mundo, então são todos iguais. São iguais porque são lugares geográficos, são partes do planeta Terra, partes do espaço. Muita gente vem com o discurso da diversidade, mas esquece que a ideologia da diversidade, a noção da diversidade vem valorizar o universal, ela existe para buscar o universal. E o universo é importante porque o universal existe na diversidade, o universal só existe pela diversidade. Então, quando eu digo o lugar e o mundo, essa polarização, na verdade, é uma coisa só.



Mônica Machado: Quem foram seus professores no Pedro II?

Pedro Geiger: Um que eu não posso esquecer, um famoso anarquista brasileiro, chamado José Oiticica, foi meu professor de Português. Ele foi preso no Pedro II; eu estava na sala de aula quando a polícia o prendeu. Ele lia alemão, era um anarquista de tradição alemã. Outro professor muito bom que eu tive foi o Fernando Antônio Raja Gabaglia. Hugo Segadas Viana e Delgado de Carvalho foram meus professores. Acho que também o Honório de Souza Silvestre chegou a ser meu professor, mas por muito pouco tempo. O Pedro II foi uma escola fundamental para a minha formação política.

Mônica Machado: E na Faculdade de Filosofia, quem foram os seus professores?

Pedro Geiger: Quando eu entrei na Faculdade de Filosofia havia uma forte influência francesa, eles traziam professores franceses. Tinha o Antoine Bom, que ensinava história antiga; o Eremildo Viana, que ficou famoso como dedo-duro na época da repressão, ele ensinava Idade Média; o Delgado de Carvalho, que ensinava História Moderna; o Hélio Viana, que ensinava História do Brasil; o Artur Ramos, de Antropologia; o Josué de Castro, de Geografia Humana; o Leusinger, de Geografia Física e Climatologia; e o Ruellan, que apareceu lá e passou a ser professor de Geografia, de Geomorfologia e de Geografia do Brasil.

Mônica Machado: Quando o Sr. foi para o IBGE?

Pedro Geiger: Eu fui convidado pelo Leuzinger para ser seu assistente na cadeira de Geografia Física, na Faculdade. Eu aceitei, mas expliquei a ele que estava envolvido no movimento estudantil. Ele mudou de idéia e convidou a Lucy Freire, que depois virou assistente do Josué de Castro. Quem gostou muito de mim foi o Francis Ruellan, que, quando chegou, começou a fazer trabalhos de campo. Eu fui ao seu primeiro trabalho de campo, uma excursão dentro da cidade do Rio de Janeiro que durou um sábado inteiro. Nessa excursão o Ruellan acabou gostando muito de mim, me indicando para trabalhar no IBGE, em 1942.

Mônica Machado: E quem trabalhava no IBGE, nessa época?

Pedro Geiger: Naquela época havia no IBGE a chamada “sessão de estudos”. Tinha o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística. O Conselho Nacional de Geografia funcionava na esquina da Rua Augusto Severo com Manoel da Lapa, era um prédio antigo onde hoje é o prédio do Instituto Histórico Geográfico. Mas ali não havia prédio nenhum, havia um casarão onde funcionava o Conselho Nacional de Geografia. Naquele tempo o Secretário Geral chamava-se Leite de Castro, o subsecretário chamava-se Orlando Valverde. O Orlando era casado com a filha do famoso estatístico brasileiro Carneiro Felipe. O chefe da sessão de estudos chamava-se Fábio Macedo Soares Guimarães. O Fábio era um engenheiro que fez também a Faculdade junto com o Orlando, se não me engano, na primeira turma. E o Fábio era sobrinho do presidente do IBGE, que era o embaixador José Macedo Soares Guimarães. Trabalhavam também no IBGE Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra dos Santos, que se formaram na Nacional; Miguel Alves de Lima e um calculista chamado Héldio Lenz César, que não eram formados e que se formaram depois em Geografia. Eu fui o quinto geógrafo a entrar no IBGE.

Mônica Machado: Você trabalhou diretamente com o Ruellan?

Pedro Geiger: Eu trabalhava ao mesmo tempo com Ruellan e com os outros. Como já disse, fui colocado no IBGE pelo Ruellan, em 1942. Mas eu ainda não tinha terminado a faculdade, eu só terminei a faculdade em 1943.



Mônica Machado: No IBGE, quais foram os primeiros projetos em que trabalhou?

Pedro Geiger: Na faculdade eu tive como colegas o Nilton de Almeida Rodrigues, que teve uma influência muito grande na minha politização, a Carolina Lobo, que se casou depois com o Hilgard Sternberg, um dos primeiros professores de Geografia do Brasil na Universidade do Brasil. O Hilgard era extremamente reacionário, de direita, e entrou logo em confronto comigo. Essa foi uma das razões que não permitiram minha entrada como professor na Universidade do Brasil. O Hilgard me impediu, e ele era muito forte na instituição naquela época. A turma da Universidade do Brasil era a turma da direita, e a do IBGE não. No IBGE, a tendência era não tomar partido nem de direita nem de esquerda. A tendência era mais de direita nas elites intelectuais, ou seja, nas universidades. A USP era uma área da direita paulista e a Universidade do Brasil, da direita carioca. Tanto que o Hilgard colocou como assistente a Maria do Carmo, que sempre foi de direita. O Hilgard se aliou ao Eremildo, a turma da direita, e por isso ele tinha muito espaço na Universidade, que era controlada pela direita. A universidade naquela época era fundamentalmente uma fábrica de preparação de professores secundários, a intenção do Governo. Todas as relações com o mundo exterior geográfico passavam pelo IBGE e não pela universidade.

Mônica Machado: Como eram, na época, essas relações?

Pedro Geiger: Na década de 1930, o Governo brasileiro começou a trazer professores franceses, entre eles o Deffontaines, o Monbeig e o De Martonne, que fez uma visita e escreveu um trabalho sobre a Geografia física tropical. O De Martonne era a autoridade na União Geográfica Nacional. Ele e o Pierre Deffontaines começaram a vender a idéia de o Brasil aderir à União Geográfica Internacional, isso em 1937 e 1938. O Ministro das Relações Exteriores na época, Macedo Soares Guimarães, propôs ao Getúlio aderir à União Geográfica internacional, o que foi feito por decreto. Esse decreto estabeleceu a criação de um órgão mediador, que se chamou Conselho Nacional de Geografia. A formação do IBGE se efetivou pela união do CNG com o Conselho Nacional de Estatística. O então Instituto Brasileiro de Estatística era, na verdade, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Há, assim, uma influência externa para a criação do próprio IBGE. Com isso, o IBGE se torna o centro da relação Brasil e UGI. Durante muito tempo tanto a pesquisa geográfica quanto as relações internacionais com o mundo acadêmico geográfico se fizeram via IBGE. A Universidade fica restrita à preparação de professores, para o ensino secundário e superior, e à formação de profissionais para o IBGE. A Geografia do IBGE desenvolve geógrafos, enquanto a Faculdade inicia a formação de geógrafos. Não havia na Faculdade cursos de pós-graduação, pesquisas e estudos. Para fazer pós-graduação, ou coisa parecida, era necessário sair do país, ir para a França ou Estados Unidos, por exemplo. Eu entro em 1942 no IBGE, justamente quando este está se vinculando com o exterior. Eu também estava vinculado a um professor estrangeiro, o Ruellan.

Mônica Machado: Os primeiros trabalhos que participou no IBGE foram com o Ruellan?

Pedro Geiger: Dos dois primeiros trabalhos importantes de que eu me lembro, um foi indicado pelo Ruellan. O Ruellan resolveu me indicar para acompanhar a missão que o IBGE mandou para a Região do Jalapão, para terminar o mapa do Brasil 1:1000000, faltavam folhas na fronteira da Bahia com Goiás, Pará, Piauí, Maranhão, aquela área não estava levantada. Então, em 1943, é mandada uma missão que vai sair em março/abril de 1943 e voltar em outubro, seis meses lá na região. O Ruellan resolve dizer que deveria ir um geógrafo junto, pois nessa época o levantamento era feito por engenheiros, geodestas e cartógrafos. Então, pela primeira vez, um geógrafo é enviado para fazer um levantamento geográfico. É a viagem que eu faço ao Jalapão. Para mim, foi uma viagem fundamental, importantíssima. É nessa viagem que eu faço a primeira hierarquia urbana no Brasil



totalmente da minha cabeça. Porque em 1943 eu estava sendo politizado, eu já lia economia política e estava sendo influenciado pelo conceito de classe social. Quando eu cheguei ao Jalapão e fiz uma classificação de cidades, que eu considero a melhor que eu já fiz até hoje. Eu tinha apenas 20 anos, isso foi em 1943. O que é que tem essa classificação? Eu peguei a cidade principal da região, que é a confluência do Rio Grande (um afluente do São Francisco) com o Rio São Francisco, que drena toda aquela área do oeste e noroeste da Bahia. Na foz do Rio Grande tem uma cidade chamada Barra do Rio Grande, até hoje ainda existe essa cidade. Então eu disse que a Barra do Rio Grande era a cidade da primeira hierarquia da região, porque o grupo social que dominava a cidade era o atacadista. Eram os comerciantes atacadistas que dominavam a economia da cidade. A cidade comprava os produtos da região - algodão, ceras, peles - para exportar e abastecia o comércio do interior, dos varejistas, com produtos que eram trazidos de Salvador, e também importava produtos. Para mim, era a cidade mais importante, porque a classe dominante era a classe dos comerciantes atacadistas que, para ganhar *status*, comprava fazendas e também criava gado. Essa classe era mais importante do que a classe dominante do interior, que era só de criadores de gado. A classe dos atacadistas tinha se sobreposto à classe de criadores de gado. O segundo nível de cidades era das cidades do interior, como Rio Preto e Formosa, onde prevaleciam os comerciantes varejistas, distribuidores de produtos, e atacadistas, compradores de produtos para a região, produtos que enviavam para os comerciantes da região. Só que esses varejistas, na sua maioria, era de imigrantes sírios, libaneses, que para ganhar *status* social também compravam fazendas e eram ótimos criadores de gado. Então, esse era o segundo nível, uma outra classe de cidades. Havia o terceiro grupo de cidades, como Corrente no sul do Piauí, que eram cidades tradicionais, onde a classe dominante era composta por antigos fazendeiros de gado e não de comerciantes. Eu fiz uma classificação de cidades apoiada na classe social dominante das cidades e acho que foi a melhor divisão que eu fiz até hoje.

Mônica Machado: *Esse trabalho saiu publicado?*

Pedro Geiger: Não, eu tenho um relatório. Um dos meus sonhos é publicar esse relatório, que nunca foi publicado. Saíram apenas resenhas no Boletim Geográfico. Eu estou com esse trabalho e um dos meus sonhos é publicar essa classificação que eu fiz.

Mônica Machado: *Hoje essa classificação ainda corresponde à realidade?*

Pedro Geiger: Eu acho que hoje ainda dá para fazer essa classificação. Eu nunca mais pensei sobre ela. E depois entrou o predomínio da Escola Francesa, a influência funcionalista com Rochefort, Pierre George, etc. Começaram estudos sobre áreas de influência, hierarquia de cidades através de bens e serviços, e perdeu-se o conceito, o conceito de classe social, a definição de cidades pela estrutura social de classes. Então, para mim, a viagem ao Jalapão tem esse significado. Eu fiz uma classificação sem nenhuma influência teórica geográfica, mas por eu estar lendo economia política. Eu estava sendo politizado e usando a experiência de campo, a observação de campo e as idéias da economia política.

Mônica Machado: *E o outro trabalho que mencionou?*

Pedro Geiger: O outro trabalho foi a divisão regional do Brasil que o IBGE fez, a primeira divisão regional do Brasil feita pelo IBGE. Me colocaram para fazer a divisão do Estado de São Paulo. Eram vários geógrafos, cada um recebeu a incumbência de fazer um determinado estado, e eu fiz o Estado de São Paulo. Hoje, quando eu olho para trás, eu imagino o seguinte: as pessoas eram muito mais espertas do que eu, que era um jovem, um garoto, isso ocorreu em 1944 e 1945. Eu não entendia como é que me deram logo São Paulo, que já era um estado



muito forte. Hoje, quando eu olho para trás, eu penso que a situação política naquela época era de grande confronto entre o Estado de São Paulo e o Governo federal. Desde a revolução de 30, e com a Revolução 1932, de São Paulo, há o confronto entre os paulistas e o Governo de Getúlio, porque os paulistas eram muito ciosos da autonomia estadual. Daí a importância da política interna paulista, que de repente é sufocada. A própria tendência de São Paulo de ganhar força no país é, de certa forma, controlada pela reação da Revolução de 30, que é contra a política café-com-leite, contra a prevalência de São Paulo e de Minas na política brasileira. Com uma diferença: os mineiros sempre se ajustam. Como Getúlio se colocava, na política brasileira, contrário à hegemonia São Paulo e Minas, à aliança São Paulo e Minas, quem realmente levou a sério o problema foram os paulistas, que promoveram confrontos de São Paulo com o Brasil. Todo mundo sabia que propor uma divisão regional de São Paulo ia ser bastante problemático, uma vez que a divisão regional federal seria imposta ao Brasil. Eu estou imaginando isso hoje, pode ser até que seja uma fantasia minha, mas hoje, quando eu penso sobre esse passado, eu acredito que eles sabiam que eu era uma pessoa politizada, com ideais políticos. E nos ideais políticos havia uma contradição entre a posição de esquerda contra o Getúlio e a posição de apoio ao Getúlio, no sentido de um governo nacionalista forte.

Mônica Machado: E qual era sua posição na época?

Pedro Geiger: Eu já estava ligado à esquerda, de certo modo eu era contra a ditadura do Getúlio, mas muito a favor das instituições federais que o IBGE representava. Não podemos esquecer que o Brasil era constituído por arquipélagos e que nos anos 30 começou a se formar uma aglutinação, digamos, das regiões brasileiras. Não esquecer que em 1930 os governadores dos estados não se chamavam governadores, se chamavam presidentes, presidente de São Paulo, presidente de Minas Gerais. Nesse sentido, a autonomia era até maior do que nos Estados Unidos. O Brasil era um país onde a autonomia estadual tinha essa importância política, onde os partidos eram expressão dos estados e não expressão nacional, os partidos eram mais regionais do que nacionais. Tanto é verdade que mesmo no populismo o Partido Trabalhista Brasileiro, fundado pelo Getúlio, tinha a força no Estado do Rio, mas não tinha força no Estado de São Paulo, lá o partido era o Partido Progressista PPS, se não me engano, o partido do Ademar de Barros, o governador de São Paulo, que criou o grupo dele. Por isso, o Getulismo, o Brizola, até hoje, é uma herança, nunca conseguiu entrar em São Paulo. O PDT, que é um herdeiro, digamos, desse passado getulista, nunca entrou em São Paulo. Em São Paulo o surgimento de uma união dos trabalhadores ocorre com o Partido dos Trabalhadores, depois do Governo militar, antes não havia PT em São Paulo. Havia um partido populista do Ademar de Barros, chamava-se *ademarismo*, o PPS, se não me engano. Mas o fato é o seguinte: nesse quadro político nacional de confronto entre o Governo federal e particularmente o Estado de São Paulo, que luta pela sua autonomia, vai ser criada uma divisão regional nacional. E me jogam para fazer a divisão regional de São Paulo. Essa divisão estava muito influenciada por uma espécie de determinação geográfica física, tanto que as grandes regiões eram pautadas pela Geografia Física. As regiões eram litoral, serra, planalto, todas baseadas nos aspectos fisiográficos. Mas eles fizeram uma concessão e definiram áreas menores que seriam de ocupação humana, mesmo estas chamavam-se zonas fisiográficas, como se a atividade humana em cada área fosse influenciada pelo meio físico. É fácil compreender quais eram as zonas fisiográficas, então? Havia a zona do cacau, havia o litoral pernambucano açucareiro, mas, na verdade, essa vida econômica foi muito ligada à Geografia Física, historicamente. A visão era a de zonas fisiográficas baseadas na idéia de *pays* da Geografia francesa labalchiana, só que na França a idéia do *pays* não era exatamente uma idéia física, mas aqui o nome passou a ser zona fisiográfica. E aí eu tenho que dividir o Estado de São Paulo em zonas fisiográficas. Quando comecei a analisar o mapa de São Paulo, vi que havia algo diferente do resto do Brasil, que era uma



centralização de atividades industriais que faziam de São Paulo um centro, mas que também tinha um prolongamento em Campinas, em Sorocaba, isso foi mais ou menos em 1943 e 1945. A firma do Hermírio de Moraes já existia nessa época, ela começa nessa época. Eu percebi que Sorocaba, Campinas e São Paulo formavam um triângulo de atividade urbano-industrial, diferente do resto do Brasil. Então, eu criei uma zona fisiográfica que chamei de zona industrial, e foi uma revolução. Pela primeira vez, eu identifiquei um espaço brasileiro como sendo caracterizado pelo movimento da indústria. Os paulistas não gostaram, porque, na minha opinião, estavam muito influenciados pela escola do Aroldo Azevedo, pela ideologia do café. O Araújo, professor Araújo, morreu há poucos anos, não me lembro o sobrenome dele, o grande e preferido discípulo do Aroldo de Azevedo, escreveu uma tese sobre o Porto de Santos, o porto exportador de café. Para você vê a força da ideologia de um Brasil agrário, exportador de produtos tropicais. Outro aluno do Aroldo de Azevedo, aluno não, de fato, era um professor que ele promoveu em São Paulo, assim como o Araújo, foi o Penteado; ambos inclusive acabaram brigando, um com ciúmes do outro. O Penteado fez uma tese sobre o Porto de Belém. Esses trabalhos de Araújo e Penteado são dois exemplos que demonstram a ideologia que prevaleceu, a idéia de um Brasil agrário exportador. Como você pode ver, a escola da USP foi construída a partir da economia regional paulista cafeeira, agrária ou mercantil, mas muito ligada aos senhores de terra. O próprio Aroldo Azevedo era de uma família de Lorena, que tinha propriedades em Lorena, inclusive uma das reuniões da AGB foi realizada lá, porque lá era o local das residências da família Azevedo. Em nome do IBGE, eu apresentei a divisão regional do Brasil para São Paulo a partir de um modelo que nada tinha a ver com aquele que os paulistas defendiam. Apresentei uma divisão regional a partir da chamada região industrial de São Paulo, da zona industrial. Houve um ataque violento contra mim, por eu ter inventado uma zona industrial em São Paulo. No fundo, buscavam atingir o IBGE, era uma briga de São Paulo contra o IBGE, porque o IBGE expressava o poder federal, que estava contra a tradição brasileira sustentada na forte autonomia dos estados. Era o confronto entre o Brasil regionalizado através de elites que comandavam cada região, ligada às tradições agrárias, contra um novo poder federal que surgia ligado às novas forças. No caso de São Paulo, essas forças estavam em torno de um partido, também populista, chamado *ademarismo*. Uma das minhas hipóteses é que como a indústria no Brasil, na década de 1920 e 1930, é muito ligada aos migrantes estrangeiros, esses migrantes não se envolviam na política brasileira, porque são migrantes estrangeiros. Então a classe industrial brasileira demora a se manifestar politicamente, porque era formada por esses setores, não brasileiros. Ou são empresas estrangeiras que começam a entrar, muito ligadas à economia agrária, produzindo óleo, exportando produtos agrícolas, fazendo transformações dos produtos agrícolas no setor de alimentos, ou são industriais do setor urbano de migrantes do comércio que partiram para a indústria, os italianos de origem, os judeus, e por aí fora. Em São Paulo até hoje você tem esses nomes todos. Por serem estrangeiros, eles não tinham expressão política, que continuava na mão do setor agrário, mesmo que a indústria estivesse se expandindo. Naquele momento, a expressão política dos setores vinculados à indústria começava a surgir, mas era a expressão dos trabalhadores da indústria, ou seja, do aumento da população urbana, do aumento da população que trabalhava na indústria. Essa população vai alimentar os partidos populistas, no caso de São Paulo o *ademarismo*, no caso do Rio o *trabalhismo*. Há, então, um Brasil, que já na época de 30 começa a ter partidos nacionais, a UDN, que tem uma expressão nacional, o PSD, que é o partido ligado ao setor da classe dominante que apoiava Getúlio e buscava mudanças, esses irão ganhar benesses, apoios financeiros do Estado para se tornarem empresários.



Mônica Machado: Já era essa a classe que se tornaria a dos industriais?

Pedro Geiger: Uma classe de empresários que começava a ser criada com o apoio do Estado, ou seja, o Estado sustentando-a. Vários empresários começavam a investir no setor industrial, como os comerciantes e os fazendeiros, por exemplo. A classe tradicional e a dos intelectuais, liberais, que tinham a visão, digamos, de uma democracia, se opõe, uma vez que o processo se fazia de forma autoritária. Enquanto isso, Getúlio formava o PTB com força no Rio Grande do Sul, sua sede, e no Rio de Janeiro, no Estado do Rio, e as indústrias paralelamente cresciam. No Rio de Janeiro estavam localizadas as sedes de empresas estatais, muitas com atividades fora do Rio, como a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional - cuja sede era na cidade do Rio de Janeiro mas as atividades eram realizadas em Volta Redonda -, a Fábrica Nacional de Motores em Duque de Caxias etc. Havia uma política de localizar indústrias, inclusive com fins políticos, de fazer a base política de trabalhadores, e isso até hoje marca a Geografia brasileira, não tanto como no passado, mas existem heranças muito fortes. A força do PTB, do Brizola no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, são exemplos que vêm desde Getúlio. Naquela época, a autonomia paulista na área da indústria se fez do ponto de vista populista, através do Ademar; mais tarde vai nascer o Partido dos Trabalhadores. O PT vai nascer em São Paulo e não tem relação com o PTB, é o contrário do PTB, é fruto de um outro processo histórico.

Mônica Machado: A oposição entre São Paulo e Rio de Janeiro era, na verdade, a oposição entre São Paulo e Brasil?

Pedro Geiger: Era na verdade entre as forças regionais, forças autônomas, contra as forças de unidade, as forças autoritárias, digamos assim, não se pode negar. Mas são forças de criação de uma entidade nacional forte, que estavam centradas no Rio de Janeiro porque era a Capital. Ou melhor, é contra a expansão das forças do Estado federal, que passava a ser empresário, ou sustentar empresários que interessavam a ele politicamente. Um exemplo que conheço, uma história particular, foi a do sujeito que escreveu a carta do testamento de Getúlio, que acaba ganhando a indústria têxtil. As indústrias que faliam, os bancos, o Banco do Brasil eram entregues para apadrinhados de Getúlio. É nesse panorama político que o IBGE foi se desenvolvendo, como uma força federal, e acabou enfrentando, no caso de São Paulo, a USP, que representava a intelectualidade brasileira que se opunha, de um lado, ao Getúlio, de outro, à idéia de socialismo. Porque, embora Getúlio fosse apontado como fascista etc, em 1943 e 1944, quando acaba apoiando os Aliados, o Brasil entra na guerra para tomar partido dos Aliados. Quando Getúlio entra na guerra, os comunistas começam a apoiá-lo, inclusive fazendo a campanha do *queremos Getúlio*, o chamado *queremismo*. Como havia a constituição fascista de 1937, quando a Guerra se aproxima do fim, em 1945, começa a idéia de acabar com o Estado Novo. Começa a idéia de uma Constituinte para a campanha em 1945 e 1946; a campanha chamava-se "*Constituinte com Getúlio*", quer dizer, manter o Getúlio como presidente mas fazer uma nova Assembléia Constituinte. Os comunistas apoiam esse movimento. Então, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, começa a relação mais forte entre a esquerda, o PTB e o Getúlio. Até hoje, por exemplo, persiste a história do Brizola ser homem de esquerda, que vem dessa época. Antes ele não era de esquerda, ele pertencia ao *getulismo*, era de direita. O Brizola é um italiano, um grande italiano e os italianos estavam a favor do fascismo, da Itália, assim como os alemães da Alemanha. Na hora em que muda a situação ele passa a ser esquerda, isto é, no momento em que Getúlio apoia os Aliados, em 1943-1944. Durante a Segunda Guerra Mundial houve muita tropa americana descendo na Itália, muitos eram filhos de italianos, imigrantes italianos, para estes a Guerra não era contra a Itália, era contra o fascismo, senão eles não podiam lutar na Itália. No caso da Segunda Guerra Mundial, os descendentes italianos, já que muitos lutaram na Europa e invadiram a Itália, como os brasileiros e os próprios brasileiros filhos de



italianos, estavam lutando contra o fascismo, mas anteriormente esses descendentes eram a favor do fascismo. De repente, muda o sinal e todo mundo que apoiava o fascismo passava a ser considerado esquerda; e a esquerda tradicional, o Partido Comunista, acaba apoiando Getúlio, e também uma nova ordem brasileira. Então, consolidava-se o desenvolvimento, que é o desenvolvimento do Estado brasileiro, no sentido de crescer como um órgão central, federal, com novas instituições, e o IBGE é uma dessas novas instituições. O Rio de Janeiro era o centro de toda essa história, e até hoje guarda essa tradição de centro político nacional. Do outro lado, havia forças chamadas liberais da UDN. Desse confronto, de certa forma, eu participei através de um episódio que relatei sobre a divisão regional de São Paulo, um trabalho técnico da divisão regional brasileira proposta pelo IBGE. Mas eu não percebi, na época, que por trás dessa discussão estavam outros interesses. Eu percebia apenas que não considerar uma região como a de São Paulo como região industrial era uma posição reacionária. Durante muito tempo palavras como proletário e indústria eram consideradas subversivas. Ainda no tempo do Juscelino, quando foi feita a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, nos anos 50, e Juscelino foi considerado um dos governos mais liberais, a repressão, o controle, a censura era violentíssima. Nunca o Brasil teve democracia como tem hoje. Isso nunca existiu no passado. Nenhum jovem do IBGE na Enciclopédia citou Marx, ou outro autor comunista: na época de Juscelino não havia essa possibilidade. Hoje qualquer ministro cita Marx, o próprio presidente cita Marx, nunca existiu no Brasil democracia como hoje. Em 1955, para você ter uma idéia, eu fiz uma fotografia do Conjunto Proletário da Gávea, aquela minhoca em cima da PUC, para a Enciclopédia dos Municípios, que deveria constar como Parque Proletário da Gávea, que era o nome dado pela Igreja, se não me engano a construção desse prédio foi influência da própria Igreja; você sabe que censuraram? Tiraram o nome de Parque Proletário e colocaram Parque de Trabalhadores, porque o nome proletário era considerado um jargão subversivo? Indústria não chegava a ser jargão subversivo, mas incomodava. A disputa no Brasil, a famosa discussão que houve entre os economistas nos anos 30, Simonsen versus Bulhões, sobre a industrialização brasileira, se o Brasil deveria ou não se industrializar, foi apoiada por Getúlio, que era pró-industrialização. Havia no Brasil uma ideologia de que o país não deveria se industrializar, baseada na idéia de que cada região teria que aproveitar suas vantagens competitivas. O Brasil estaria fadado a ser um país agrário e exportador de produtos, porque teria condições de produzir de forma muito mais barata do que outros. Enquanto o investimento industrial seria muito oneroso para o país, pois não havia bases, não tinha escala e não tinha tecnologia. O Brasil então não poderia competir. Essa é a famosa discussão dos anos 30, na qual o grupo do Getúlio é pró-industrialização. Nas regiões de São Paulo, mesmo apesar da indústria, havia setores que ideologicamente eram a favor de um país agrário, em função da produção de café, de algodão, de cana-de-açúcar etc., bastante forte naquela época em São Paulo.

Mônica Machado: O Aroldo Azevedo, ele era um porta-voz dessa elite agrária?

Pedro Geiger: Não que ele fosse um porta-voz, porque ele não tem essa importância política, mas ele, como intelectual, expressava-se como um intelectual orgânico, um intelectual dessa sociedade agrária. A visão dele da Geografia e dos problemas brasileiros estava alinhada com essa perspectiva ideológica. Nos anos de 1940 e 1950, o IBGE era a expressão dos Governos que vão até 1964, que são os getulistas. Getúlio, quando o IBGE é fundado, depois o Dutra, depois o Getúlio de novo, depois o Juscelino e o Jango. Todos eles estavam comprometidos com uma linha que aglutinava, de um lado, PTB e o PSD, o setor, digamos, da classe dominante econômica que apoiava a política de um Brasil; e, do outro lado, a UDN, com as tentativas de tomar o poder e de atacar o getulismo e tudo o mais, que se apoiava na existência de outras forças para compartilhar do poder. No fundo é uma luta de poder, é uma luta pelo poder político. Mas essas forças se apoiavam no anticomunismo. Lacerda vai



contra o Getúlio, porque ele era apoiado pelos comunistas, então ele era comunista, e defende a idéia de uma bandeira de transições democráticas, que faltava ao Getúlio. Nesse contexto, o IBGE expressou a posição do técnico, da figura que fazia a política do Governo, que era a do desenvolvimento nacional. De outro lado, nas universidades, no caso USP e, principalmente, a UFRJ, há o domínio das elites ligadas à ideologia da UDN, contra um Estado forte. Hoje, se você for pensar bem, você daria razão; nas condições atuais, a idéia de um Estado menor, de uma sociedade civil mais atuante. Naquela época, não existiam expressões como "sociedade atuante", "Estado menor", o que havia era uma idéia de crescimento do Estado, uma força crescente do Estado, e o liberalismo, oriundo do tempo do Império, estava sendo sufocado por um crescimento do Estado. Não havia uma elucubração sofisticada, como há hoje, da necessidade e do aumento da sociedade civil. Não basta haver muitos funcionários se não houver uma sociedade civil livre, viva e ativa. Hoje, fala-se nisso, mas naquele tempo não. Naquele tempo havia, de um lado, o pessoal que era contra o getulismo e a favor da autonomia estadual, da volta dos políticos tradicionais, das liberdades etc.; de outro lado, as forças que avançavam das empresas estatais, dos órgãos federais, cada vez maiores, da máquina federal. Nesse confronto, o IBGE fez o papel a favor de um Estado. Então você vai encontrar grupos ligados à UDN, que era o grupo do Aroldo Azevedo na USP, e outros apenas simpatizantes e com afinidades com a UDN, e portanto mais interessantes, como o do Ary França. O fortalecimento de uma sociedade civil, de um Estado menor, uma vida mais livre, no sentido da democracia, é hoje associado à idéia de esquerda, inclusive muitos que advogam essa idéia são considerados socialistas, são ao mesmo tempo pessoas que se diziam a favor do socialismo. Naquele tempo, havia confusão entre a expansão do Estado e da força do Estado com o próprio socialismo, algo que ainda hoje acontece. Ainda hoje há pessoas que defendem o Estado e as estatais em nome do socialismo. Mas também há, de outro lado, aqueles que se dizem igualmente socialistas, mas que consideram que o Estado deve ser menor. Frequentemente, um grupo acusa outro de não ser socialista; o próprio Fernando Henrique é acusado de não ser mais um homem de esquerda. E é claro que ele é um homem de esquerda, ideologicamente falando. Só que ele é um homem de esquerda que vê a situação hoje de maneira diversa da que havia nos anos de 1930 e 1940. Quer dizer, para ele, hoje a esquerda, o socialismo, depois da experiência da União Soviética, do socialismo autoritário e do chamado socialismo real, caminha para a defesa de um modelo de país que é difícil precisar, uma vez que o modelo clássico perdeu sua expressão, restando apenas o modelo da China, cuja adaptação para o mundo é, contudo, questionável. Na época da URSS, imaginava-se que aquele modelo ia servir para o mundo, e que nos conduziria ao progresso. Hoje, sabemos que aquele modelo não serviu nem para a URSS nem para ninguém, porque era um modelo autoritário, sem democracia, e que esclerosava a sociedade, deixando-a inerte, sem movimento para a sociedade civil. Esse modelo, então, não serve mais; que modelo adotar não se sabe. A China, como mencionei, traz um modelo, sem dúvida, de grande progresso material, de grande avanço social, no sentido das populações estarem bem alimentadas, bem vestidas, com acesso à educação e saúde. Mas, se pensarmos em termos de democracia, de liberdade etc., não sei se esse modelo serviria para o mundo, pois não há maior liberdade ou maiores organizações da sociedade civil. É um problema, eu não sei, eu não o conheço profundamente, mas sempre fico fascinado pela idéia, que, para mim, é o ponto fundamental do modelo chinês, de um "socialismo de mercado". Acho que é uma grande invenção, que ainda vai ter que ser muito pensada e discutida. Como conciliar o modelo socialista com o modelo de mercado? A palavra mercado pressupõe uma sociedade aberta, e o socialismo passou a significar, não nos teóricos, mas depois na prática, um modelo fechado, uma sociedade fechada, e não aberta. Não era permitido grandes deslocamentos; na URSS você não ia de uma cidade para outra ou mudava de residência sem autorização. O turismo não era permitido, era dirigido, como tudo. É difícil para uma pessoa como eu, ou como você, aceitar um padrão de vida desses. Nós gostamos de ter nossa liberdade, entretanto, ao



mesmo tempo, há grandes desigualdades sociais. Então, o modelo chinês é um modelo que poderia se universalizar? Aparentemente não, embora apresente idéias novas que poderiam se transformar, como a do socialismo de mercado. Na verdade, estamos diante desta idéia de uma terceira via que ninguém sabe bem como vai ser. Isso não impede que existam, dentro dessas novas visões, pessoas de esquerda defendendo um Estado menor e maior espaço para outras organizações da sociedade civil, maior espaço para a sociedade civil se organizar e formar seus movimentos, suas instituições, com certa liberdade de iniciativa. Esse modelo, que eu suponho que seja a idéia do socialismo de mercado, há mercado mas ao mesmo tempo há controles. Ou, como o Fernando Henrique fala, ao nível internacional, da necessidade de haver controles no fluxo de capitais. Ele está propondo, para isso, uma espécie de CPMF, para se compensar as desigualdades econômicas entre Estados com relação ao movimento de capitais, que vai de encontro aos paraísos fiscais. São idéias a respeito de instituições dirigidas pelas forças de Estado, mas, ao mesmo tempo, agem em uma economia, digamos, que funciona como mercado, como a idéia chinesa do socialismo de mercado. Essa situação que estou relatando ocorre hoje; assim, podemos conceber pessoas da esquerda que estejam sonhando com o retorno dessa força maior do Estado, a manutenção das forças do Estado, e pessoas que acham que deve ser diminuído o papel do Estado. No Brasil, sem dúvida alguma, com a urbanização, o país se transformou completamente. Em 1960, quatro anos antes do golpe militar, o censo indicava 46% de população urbana, era um Brasil agrário. Hoje, o censo indica mais de 80% de população urbana. O que significa essa mudança? Significa que você passou a ter forças de mercado atuando no Brasil, o que não havia antes. Então, o problema é que alguns ainda prevêm a manutenção de um país cujos moldes foram feitos nos anos de 1930, quando o IBGE aparece, e que se mantêm até hoje, de certa forma, e ainda não houve a substituição clara desse modelo por um novo modelo, um novo Governo. Nesse ponto, o Fernando Henrique tem buscado uma mudança, a construção e a adoção de um outro modelo. Não estou querendo defendê-lo, pois nenhuma vantagem política eu levo com isso, apenas eu quero refletir sobre a situação. Quando o Fernando Henrique toma posse na primeira vez, em 1994, ressalta, no seu discurso, essa situação do país. No Brasil, o modelo nacional vigente é o modelo que se instalou em 1930, com Getúlio; criou-se um novo modelo depois da República Velha. Esse novo modelo se expandiu e teve seu ponto alto no Governo militar, que nada mais fez do que continuar a política getulista. Torturas, prisões, censuras também houve em 1935, com Getúlio. Havia o mesmo processo de crescimento das forças produtivas brasileiras, os militares fizeram a mesma coisa que o Getúlio fez, eles continuaram, fizeram mais estatais, implantaram mais indústrias, fizeram a reserva do mercado do Geisel para as indústrias nacionais, o modelo continuou. O que significa sair desse modelo e criar um novo modelo? Esse é um debate.

Mônica Machado: Um grande debate.

Pedro Geiger: Um grande debate em torno não apenas de um modelo econômico, mas político e social também. Por exemplo, a greve recente dos professores universitários. Tá muito bem, os professores acham que devem ganhar o mês de setembro, quando estavam em greve, mas se estivessem em uma empresa privada não ganhariam. Como o juiz iria obrigar o empresário privado a pagar os trabalhadores em greve? Se não é possível fazer isso no setor privado, também não pode ser feito no setor público. Se eu sou empresário e eu não tenho dinheiro para pagar, porque não estava produzindo no período da greve dos funcionários, o juiz vai me obrigar a pagar? Não vai, então o que significa isso? Privilégio, isso é uma questão política de privilégios que vêm desde a época do Getúlio, quando os funcionários públicos passaram a ser privilegiados, quando se cantava no carnaval "*Maria da Candelária é alta funcionária, caiu de pára-quedas...*". Essa canção indicava privilégios no Brasil, existiam pessoas que eram nomeadas pelo Governo e ganhavam salários altos. O que o Governo fez foi criar



uma classe média no Brasil, que na época de Getúlio não havia, uma classe urbana. Os privilégios foram criados usando o setor público e ficou até hoje como privilégio, isso não pode continuar. É claro que continua, mas o Brasil não vai resolver seus problemas enquanto esse Governo não for transformado. As pessoas não vêem, na verdade, o que foi esse processo historicamente. Por que um professor pode fazer greve e receber salário e um operário não? De onde é que vem isso? Por que é assim? Quando começou? Quando a função pública passou a ser privilégio no Brasil? Por que passou a ser privilégio? Porque o Governo achou que em um país rural, agrário como o Brasil, só poderia se criar uma classe média tirando o dinheiro dos fazendeiros e pagando funcionários, fazendo o confisco cambial, durante algum tempo chamava-se confisco cambial, tirar dinheiro do setor rural para usar na cidade, ficou até hoje o modelo. Então, esse Brasil que eu estou te descrevendo tinha essas forças se enfrentando, a força de crescimento nacional, com todos os defeitos que eu estou apontando, mas que eram historicamente explicáveis. Hoje não são mais. E a manutenção tradicional brasileira, ligada à Europa, à cultura européia, dos ideais democráticos à UDN etc., essa visão liberal que era uma visão anti-socialista, anticomunista.

Mônica Machado: E na Geografia, como essa situação se reflete?

Pedro Geiger: Na Geografia, de certa forma, isso se concentra na primeira fase, de um lado o IBGE e de outro a universidade, a USP e a UFRJ. Por quê? Porque, em 1956, as universidades viam a emergência do Estado e a força do Estado como totalitarismo e como comunismo, e de certa forma acho que tinham razão. O que aconteceu com a URSS foi exatamente isso, um Governo de autoridades que concentra forças. Então, naquele tempo, nós chamávamos o Lacerda de “o corvo”, como um traidor da juventude comunista. Hoje, quando eu penso um pouco no Lacerda tenho uma opinião diferente, não estou dizendo que ele fosse um bom caráter propriamente, mas hoje eu o entendo porque ele sabia de coisas que nós não sabíamos. Para ele, a história da URSS já era uma conversa fiada, ele já sabia o que estava acontecendo lá, nós não acreditávamos. Quando se falava, por exemplo, na época do Muro de Berlim, os chamados reacionários, anticomunistas, diziam: tira a fronteira entre as duas Alemanhas e vamos ver quem vai para onde, se são os alemães ocidentais que vão para o Oriente, ou se são os orientais que vão para o Ocidente. É claro que nós sabíamos que aconteceria a fuga desorientada para o Ocidente, mas nós argumentávamos, como hoje o pessoal argumenta contra os americanos para justificar os ataques terroristas. Nós agíamos da mesma forma. Nós dizíamos que isso iria acontecer porque os russos, coitados, foram arrasados na Segunda Guerra Mundial e os EUA não foram. Os EUA, com o dinheiro deles, conseguiram refazer o plano Marshall e tudo o mais; a URSS está pagando o preço de ter resistido aos alemães, por ter sido invadida. Então, ela tem uma herança que faz com que não tenha condições de se igualar ao padrão de vida ocidental. Todos os argumentos que eram trazidos para mostrar que o regime do lado de lá estava fadado a perder nós rejeitávamos; hoje eu sei que nós não queríamos aceitar o fato de que o regime de lá estava horrível. O que eu quero dizer com tudo isso é que, naquela época, as forças de esquerda não tinham a menor idéia do que realmente estava acontecendo no mundo chamado mundo socialista, não acreditavam. De um lado você tinha um mundo chamado de esquerda mundial e de outro uma direita, que já sabia de tudo que estava acontecendo, tinha conhecimento, tinha informação, sabia que as fontes de informação livres, eram mais confiáveis do que as controladas pelos Estados, sabia disso tudo e tinha uma atitude contra as forças de centralização ou de autoritarismo identificadas como sendo uma reação contra o socialismo e contra o comunismo. No Brasil, nos anos de 1940 e 1950, havia de um lado uma instituição como o IBGE, não que ela fosse comunista, mas havia um grupo comunista lá dentro; na verdade, era uma instituição que defendia o processo federal, o processo governamental, e de outro lado havia os centros de oposição. O IBGE era o centro hegemônico, onde os congressos eram organizados, onde havia verbas, onde os bolsistas iam estudar no



exterior. Inclusive, logo quando acabou a Guerra, o IBGE mandou bolsistas, antes mesmo de acabar a guerra, para os EUA. O grupo do Orlando, que depois trouxe o professor Waibel para o Brasil, foi, durante a Guerra, para os EUA. E quando acabou a Guerra, um ano depois, em 1946, eu era bolsista na França. O IBGE era o grande centro de relações internacionais. As faculdades e universidades estabeleciam relações internacionais via IBGE. O próprio Congresso da UGI, em 1956, foi praticamente custeado pelo Governo federal, as faculdades participavam, mas o centro era o IBGE, e, como tal, ele faz inveja aos outros centros, é claro, a primeira coisa é a inveja.

Mônica Machado: O Congresso da UGI foi muito importante para a Geografia brasileira, não?

Pedro Geiger: Foi muito importante, e o IBGE foi o grande responsável. Ao fazer o Congresso de Geografia no Brasil, o grupo da esquerda brasileiro, do Departamento de Geografia do IBGE, tem uma força muito importante. Ele consegue no Congresso estabelecer relações com a escola do Pierre George. É a esquerda do IBGE a responsável por ter produzido no Brasil e por divulgar a escola do Pierre George.

Mônica Machado: Quem era esse grupo da esquerda no IBGE?

Pedro Geiger: O que mais trabalhou no Brasil, nesse grupo, foi o Michel Rochefort, que era aluno do Pierre George.

Mônica Machado: Mas quem eram os brasileiros do IBGE que faziam parte desse grupo?

Pedro Geiger: O Orlando Valverde, eu, a Regina Rochefort, a Miriam Mesquita, depois entrou a Fany Davidovich

Mônica Machado: A Lysia Bernardes não pertencia a esse grupo?

Pedro Geiger: Não, a Lysia se junta ao grupo, mas na verdade ela é mais UDN. Há uma ponte entre a UDN do IBGE e a da Universidade. Essa ponte tem um canal de ligação, que eram o Fábio Macedo Soares, o Nilo Bernardes e a Lysia, amigos do Hilgard Sternberg, que estava na UFRJ. Eles não eram filiados à UDN mas a apoiavam, assim eles eram UDN. Dentro do IBGE esse grupo tem uma certa aliança, porque o Orlando era amigo do Fábio. Eu também, depois de algum tempo, me tornei amigo do Fábio, por algum tempo. Então, nós temos uma influência e essa influência geográfica estava associada à importância do trabalho de Pierre George, que traz a Geografia das indústrias, a Geografia urbana, traz uma renovação de temas na Geografia brasileira. Assim, o grupo do IBGE, embora tenha desavenças internas, recebe essa escola francesa e a apoia. São realizados cursos, conferências etc. divulgando essa nova escola francesa no Brasil. Quem não aceita esse grupo francês é a UFRJ, o Hilgard nunca permitiu que homens como Tricart, que era também desse grupo, como Rochefort e outros, pisassem na UFRJ, e eles nunca foram à UFRJ.

Mônica Machado: A articulação do Hilgard é feita então com a Geografia americana?

Pedro Geiger: Não, ele não vai se articular com os EUA, ele se articula é com a direita brasileira, só que quando terminou o golpe militar no Brasil, em 1964, ele é bastante esperto para perceber logo o que iria acontecer no Brasil. Ao invés de ter a sorte que teve o Eremildo Viana, que foi insultado por delatar e perseguir pessoas como a Maria Yedda Linhares, entre outros. O Eremildo apontou pessoas que não eram nem comunistas, Maria Yedda nunca foi comunista, era uma getulista. Então, eles apontavam pessoas. No IBGE, ninguém foi perseguido durante o Governo militar. No Governo militar os perseguidos foram as pessoas das universidades, os delatores que apareceram eram da universidade. No IBGE, ninguém perdeu o emprego, ninguém foi perseguido, havia um



outro espírito. O IBGE trazia uma herança cultural que tornava mais difícil ocorrer essa situação. Não houve no IBGE o que houve na universidade, de professores serem expulsos, terem de fugir, perderem o emprego. O Eremildo ficou no Brasil e passou depois a ser totalmente execrado. O Hilgard, mais esperto, saiu antes e foi ser professor em Los Angeles; ficou lá, não voltou mais para o Brasil. Hoje, certamente, é americano, com dois passaportes, americano e brasileiro. E a Maria do Carmo era braço direito do Hilgard, era também claramente anticomunista. O Hilgard é o primeiro que teve diploma da Nacional, e acabou sendo professor lá.

Mônica Machado: Ele é formado pela Universidade do Brasil, vocês eram da mesma turma?

Pedro Geiger: Não, ele é anterior a mim, ele é da turma do Fábio Macedo Soares, de alguns anos antes, dois ou três anos antes. O Hilgard é o primeiro formado. É claro que ele teve escola e começou a dar um outro nível à Faculdade, eu não estou negando sua importância. Mas, por exemplo, o Hilgard, para defender a tese e ser professor catedrático, ou algo parecido, foi estudar a Ilha do Careiro. Você sabe a importância da Ilha do Careiro para a Geografia brasileira? Nenhuma. Eu estive na Ilha do Careiro, mil pessoas morando lá, é uma *ilhazinha* no meio do Rio Amazonas onde se criava gado. Eu não estou querendo me comparar, mas enquanto eu estava preocupado em criar uma Zona industrial no Brasil e em São Paulo, mostrar que o Brasil estava diferente, o Hilgard, anos depois, vai fazer uma tese sobre a Ilha do Careiro, um lugar distante, não sei, 100 km de Manaus, e que tem uma criação de gado. Então, a UFRJ, assim como a USP, eram centros de direita, nenhum geógrafo marxista entrou na UFRJ, naquela época. O Miguel Alves de Lima, que foi aluno de Geografia no La-Fayette e depois professor de lá, quando foi para a França, em 1946, acabou conhecendo o Tricart e ficando seu amigo. Dez anos depois, em 1956, quando surge a escola francesa chamada marxista, mas que não era marxista - hoje a gente sabe que ela é funcionalista, ela é marxista só na sua política, na França, mas a filosofia, a epistemologia da escola é funcionalista - , o Tricart vem ao Brasil e faz conferências no La-Fayette, onde o Miguel trabalhava, eu mesmo fui lá na Rua Haddock Lobo assistir ao Tricart. Foi o único lugar que um professor marxista francês conseguiu entrar, graças ao Miguel Alves de Lima, que era amigo pessoal dele. Nunca os professores da escola de Pierre George conseguiram entrar na UFRJ. O Hilgard reuniu um grupo de professores - um deles era o Troll, alemão, ele gostava muito da Geografia alemã - para fazer conferências durante o Congresso de Geografia de 56. Mas o grupo do Pierre George não conseguiu entrar na UFRJ, nem na USP, ele só fez conferências no IBGE.

Mônica Machado: Mas a USP não tinha uma forte influência francesa?

Pedro Geiger: Tinha, mas não tão forte assim, porque enquanto o Ruellan era o mandachuva, o Monbeig não tinha essa força. O centro da Geografia era mais em torno dos paulistas mesmo, do Aroldo Azevedo. O Monbeig, nessa época, era um professor jovem francês, que ainda não tinha um cargo na França. Ele estava fazendo uma tese de doutorado aqui no Brasil. Ele tinha uma influência intelectual, mas não é uma influência política tão forte. Monbeig apesar de ser do partido socialista francês, a impressão que eu tenho é que ele não se metia na política paulista, só mais tarde que começa a aparecer politicamente, quando São Paulo começa a ter uma reação contra Aroldo de Azevedo. Antes, o Monbeig exerceu uma influência discreta, como professor, mas a força da USP estava no grupo do Aroldo Azevedo, o Araújo, o Penteadado.

Mônica Machado: Havia diferenças entre a USP e a UFRJ, com relação à influência francesa recebida?

Pedro Geiger: Não, a Geografia francesa influi no Brasil todo. A influência francesa é dominante. A escola francesa chamada possibilista, de Vidal de La Blache, é a escola que dominou o pensamento brasileiro. Porque a



tradição, até a Segunda Guerra Mundial, era a língua francesa, ninguém falava inglês no Brasil, falava-se francês. O inglês só aparece depois da Segunda Guerra.

Mônica Machado: Então, o Pierre George não tem espaço nem na Universidade do Brasil nem na USP?

Pedro Geiger: Nem na USP. Ele não tem espaço na universidade brasileira, ele só tem espaço no IBGE. A Geografia de Pierre George já não é mais a lablachina, é funcionalista. Com a entrada do Pierre George começa a vigorar, no Brasil, a Geografia funcionalista, pré-quantitativa. Os trabalhos do Rochefourt influenciaram meu trabalho de Geografia urbana, com uma porção de gráficos sobre o setor terciário, a importância do terciário na cidade brasileira etc. Já era uma Geografia pré-quantitativa. Pierre George é, assim, pré-quantitativo, é o que eu chamo escola funcionalista francesa. Ela já não estava presa à corrente epistemológica lablachiana, mas a uma corrente epistemológica funcionalista, à idéia de sistema. Ela já apresentava a idéia de sistema, como pode ser visto em seus livros sobre sistema industrial e sobre sistema urbano; é a visão sistêmica, é funcionalismo. Essa nova visão da Geografia entra via IBGE.

Mônica Machado: Como conviviam essas duas perspectivas geográficas, naquela época?

Pedro Geiger: Havia uma situação de confronto na qual o IBGE era forte, sustentado pelo Governo federal, e as faculdades ainda eram fracas, quer dizer, relativamente fracas. Mas as faculdades estavam ali em confronto com o IBGE, defendendo linhas, digamos, ideologicamente compatíveis com as idéias do mundo liberal, idéias que eram, naquele momento, contra a influência da esquerda, pois o mundo todo, entre 1950 e 1960, vivenciava a expansão do comunismo. Em 1949, havia sido proclamada a República Popular Chinesa. Sete anos antes de se realizar o Congresso Mundial da UGI no Brasil, em 1956, havia sido proclamada a República Popular chinesa. Você pode imaginar o que significou esse fato no mundo, a China virar um país comunista? Um país como a China ser proclamada um Estado comunista, você pode imaginar? Foi um impacto enorme no mundo inteiro. Isso aconteceu em 1949. Nos anos 50 é eleito no Brasil o JK. O que eu estou te contando sobre a Geografia só pode ser entendido se levarmos em conta o panorama mundial da época. Em 1956, no Congresso Internacional da UGI, a China já é comunista e o mundo havia mudado. Já estávamos na Guerra da Coréia, se não me engano, que começa em 1953. O mundo estava em guerra, a Guerra da Coréia não foi uma guerrinha, como essa que você está assistindo. A Guerra da Coréia é uma guerra com exércitos, esquadras, uma luta tremenda com milhões de mortos. Os EUA, se não me engano, perderam nessa guerra de 30 a 40 mil homens. Então, nesse panorama a luta ideológica foi violenta no mundo. Em termos de Brasil, o Governo federal embora anticomunista não tomou partido totalmente contra o comunismo, porque precisava dos aliados de esquerda, mas ele era de fato anticomunista. Os comunistas, de certa forma, apoiavam o Governo federal, mas também lutavam tanto com o Governo federal quanto com a sociedade brasileira, que é uma sociedade conservadora, reacionária etc. As universidades, o grupo de professores, representavam o lado conservador, o chamado liberal. Esses professores queriam derrubar as instituições como IBGE, e um dos alvos foi a Comissão Nacional da UGI. Eles queriam tirar a UGI das mãos do Governo federal e fazer uma sociedade privada, particular. Assim, as universidades se articularam; quem são os articulados? Santa Catarina, Pernambuco. Aí já existiam mais universidades que estavam crescendo e que se juntaram para ganhar força e para tirar essa hegemonia do IBGE. Até o golpe militar, havia começado um período nebuloso com Jânio Quadros e, depois, João Goulart. O golpe militar vai mudar tudo, não o Brasil, mas a relação IBGE e Faculdade. Por quê? O que acontece com o golpe militar? Primeiro, no período do golpe militar vai nascer, dentro do IBGE, um movimento quantitativo, assim como ocorreu na Universidade, em Rio Claro. Rio Claro e IBGE vão ser o centro da Geografia quantitativa, isso mais ou menos nos



anos de 1967 e 1968. Desenvolve-se, então, a Geografia quantitativa, mas ao mesmo tempo, nessas universidades, começava uma reação ao Governo militar. No começo, o Governo militar havia sido apoiado pela direita das universidades, como o apoio de Sternberg, pois elas eram a favor da derrubada do Getulismo e do Golpe. Então o que acontece? Nas universidades, o Golpe e as atrocidades da direita começam a criar forças de esquerda dentro da universidade. De um lado, forças de esquerda politicamente contra o governo militar. Na universidade brasileira, os estudantes, professores novos etc. começam a tomar uma posição contra o governo, seguindo a tradição, pois ela sempre havia sido contra Getúlio, contra o IBGE, e continuou sendo. Nesse sentido, aparentemente, não houve uma ruptura. Olha, estou achando, realmente, muito interessante refletir sobre aquele momento. Depois você vai me passar esse material, porque é uma revisão de toda a história brasileira, da Geografia brasileira, e eu havia pensado sobre isso antes. No fundo, a atitude contra o Governo militar é a continuação de uma atitude contra o IBGE, contra o Getúlio, contra o Governo central. É uma continuação, é uma oposição. Só que, anteriormente, essa oposição tinha apoio da direita, mas agora ela começa a se estruturar em termos de esquerda.

Mônica Machado: E o IBGE, como se apresenta nessa nova situação?

Pedro Geiger: No IBGE não havia essa coloração direita-esquerda, havia grupos de esquerda, mas havia idéias de uma Geografia brasileira, a favor da expansão da economia brasileira. Não importava se era esquerda ou direita, digamos, ela era a favor da expansão das forças econômicas nacionais, o que interessava no Brasil era expandir as forças produtivas. Eram as bandeiras da reforma agrária, da burguesia nacional, do “petróleo é nosso”. O Governo seguia essa linha e o IBGE apoiava. Fez a Petrobras, então nós apoiávamos. O Juscelino brigou com o FMI, em 1956, nós apoiávamos, trouxe indústria nacional para o Brasil, indústria de automóvel etc. No início, nós apoiávamos, porque além da Volkswagen trouxe também a Aeroilles, que era uma empresa nacional. Começava a ser criada uma oposição na universidade, que era continuação da oposição anterior, só que agora é contra o Governo militar, com outros desenvolvimentos. Começava a haver uma perseguição aos professores de esquerda, não na Geografia, mas na História e na Sociologia. Iniciava-se um clima na universidade que começava a tomar formas de oposição e tomar cores de esquerda. Ao mesmo tempo, a quantitativa começava a incomodar, tanto algumas forças de esquerda quanto as de direita. Por quê? Um dos problemas que a Geografia quantitativa trouxe foi ter deixado os professores tradicionais, os chamados catedráticos, de fora. E os jovens, alguns deles, aprendem a quantitativa mais rápido do que os professores mais antigos, que não tinham mais condições de aprender. Nesse primeiro momento, a quantitativa vai se tornando um perigo, no sentido da inversão do controle do conhecimento na Geografia. Então todos os geógrafos da direita, o grupo do Aroldo, o grupo daqui começam a se unir contra a quantitativa, que passava a ser considerada uma Geografia americana, trazida por uma influência americana, pelo imperialismo americano. Veja como a Geografia no Brasil começava a funcionar. Essa área conservadora começa a se ligar às novas forças de esquerda na universidade, contra a Geografia quantitativa e contra o IBGE. Surgem, assim, novas lideranças, na AGB por exemplo, com geógrafos como o Ruy Moreira, que na época era um garoto, nos anos 60 e 70, e o Carlos Walter. Eram jovens de 20 anos que estavam contra o regime militar. Começa a se criar uma nova geração, de gente nova de esquerda que lutava pela esquerda. Primeiro, foram aliados dos geógrafos de direita, que tiravam a roupa da direita e se colocavam como anti quantitativos e anti americanos.

Mônica Machado: Só que Sternberg defende a introdução da Geografia quantitativa na época em que estava na Universidade do Brasil e depois ele vai para os Estados Unidos.



Pedro Geiger: Mas não se torna quantitativo. Ele fazia outra coisa. Ele era a favor da medição mas não da estatística. Ele era a favor da mensuração e a quantitativa foi outra coisa. Mas ele não fica muito tempo, após dois ou três anos do Golpe, ele vai embora. Com isso fica aberto o campo na Geografia com a Bertha Becker e outros que já tinham uma tradição de esquerda, mas que não estava explícita. Abre-se a possibilidade dos novos professores começarem a ir para a esquerda, apoiados nos estudantes, nas novas forças, nesse movimento contra a ditadura e no movimento antiquantitativo. O IBGE começava a se tornar alvo de uma nova coalizão antiquantitativa, que passava a reunir os professores da direita, que se unem com os professores da esquerda, no caso de São Paulo. O Araújo, o Penteado, o Aziz A'Saber e outros vão se juntar ao pessoal da esquerda e recebem o Rochefort. O Rochefort passou a visitar a USP e Brasília por causa do planejamento. Enfim, os franceses começavam a perder terreno para os americanos, em função da quantitativa, uma escola que não foi por eles inventada, e passaram a reagir contra a quantitativa. A escola do Rochefort e do Pierre George, que nunca havia sido aceita na USP, passa a ser aceita. Eles passavam a ser recebidos e a dar cursos lá, reforçando a esquerda em São Paulo, onde eram os novos professores.

Mônica Machado: *Hoje, na UFRJ, quem seria exatamente de esquerda?*

Pedro Geiger: O Lobato, que saiu do IBGE, a própria Bertha Becker, uma esquerda moderada, mas é esquerda, a Lia Osório. Aparecem novos professores que não têm relação com esse passado de direita, como o Maurício Abreu, o Marcelo Lopes, o Paulo César, um grupo novo, um grupo que representa uma esquerda. São nomes novos que não havia antes, e de certa forma não tinham relação com a antiga direita. Pensando melhor, podem até não ser uma esquerda explícita, mas não representavam a direita que havia.

Mônica Machado: *É, professor Geiger, eu acho que o grupo da UFF representa um grupo de esquerda, não acho que o grupo da UFRJ tenha essa representação. Na UFF está a esquerda explícita representada por Ruy Moreira e Carlos Walter, concorda?*

Pedro Geiger: É, realmente, na UFF há uma esquerda explícita. Na USP a esquerda também aparece em função do papel do Milton Santos. O Milton Santos entra na USP como reação ao Governo militar, e forma-se um grupo dentro da USP com o Milton Santos na cabeça. Ele vem dos anos 70, vem para a UFRJ e depois vai para a USP. A USP já tinha um clima preparado com o Robert Moraes. O IBGE passava a ser alvo de críticas, por representar o Governo militar e por haver desenvolvido a quantitativa. Atacou-se muito pessoalmente o Speridião Faissol, uma liderança do IBGE muito comprometida com o passado de direita. O confronto teve prosseguimento, mas houve um elemento que entrou nesse jogo e que esteve fora do sistema geográfico, o papel exercido pelo próprio Governo federal. O Governo federal, o Governo militar, desenvolve a pesquisa, apesar da contradição, pois havia fechado cursos como Sociologia, e acaba resolvendo que o Brasil precisaria de uma universidade, de cursos de pós-graduação. Resolve que as carreiras universitárias deveriam ser organizadas como nos países desenvolvidos, com mestrado, doutorado, etc. Assim, a universidade resolve implementar o modelo americano, em departamentos e não em escolas isoladas como estava previsto anteriormente. Em outras palavras, o Governo militar, nos seus projetos de Brasil grande, incrementou a universidade. Em 1964, o Brasil tinha menos de 100.000 estudantes nas universidades, cerca de 80.000. Hoje, só aqui no Rio de Janeiro, há de 80.000 a 100.000 pessoas fazendo vestibular. O Governo militar criou a universidade brasileira nova e nela implantou a pesquisa, retirando a responsabilidade da pesquisa do Governo. O Governo passou a produzir informações, levantar dados, elaborar planos, mas a pesquisa ficou sob a responsabilidade da universidade. O IBGE deixou de ser um órgão



particularmente de pesquisa geográfica e passou a ser um órgão de informações sobre a inflação, emprego e desemprego no Brasil. Assim, a partir dos anos de 1970, começou a ser implantada a política deliberada de fazer o Governo produtor de dados. O IBGE continuou produzindo e analisando dados, mas sua atuação fundamental passou a ser a produção de informações para a sociedade. A pesquisa, no sentido científico da palavra, é a universidade quem vai fazer. A partir dos anos 70, a universidade começou a ser local dos cursos de pós-graduação, de mestrado, de doutorado, de pesquisa etc., começou a produzir livros, editoras, cada uma delas passou a ter sua própria editora. É o modelo americano, em que cada universidade tem sua publicação, seus produtos, suas pesquisas, seus cursos, etc. E o IBGE? O IBGE é um órgão nacional que reúne dados para fazer o Atlas do Brasil, para fazer uma Geografia do Brasil ou o Brasil em números, e trabalha também com indicadores sociais. É uma outra forma de pesquisa, não é a pesquisa no sentido filosófico, não faz filosofia da Geografia. Ninguém vai fazer no IBGE um livro sobre a teoria da Geografia, quem vai fazer isso é a universidade. O IBGE vai fazer trabalhos de aplicação, Atlas do IBGE, Brasil em números, indicadores sociais, orçamento familiar, desemprego no Brasil, hierarquia urbana etc. São trabalhos desse tipo. Há uma área no IBGE, área de documentação, que publica, de vez em quando, temas históricos. Mas é uma área específica que trabalha com a memória da instituição, não a memória da pesquisa, que passou a ser da universidade. A partir dos anos 1970, o próprio Governo tira do IBGE a função que ele tinha no passado, de grande centro, se tornando uma instituição com atribuições mais específicas, e dá à universidade brasileira a função pública, estou me referindo às universidades públicas, a função da pesquisa, com dinheiro do CNPq, da CAPES e de outros órgãos. Há, assim, uma mudança, com a ascensão dos grupos de esquerda na universidade em função da atuação do Governo militar e do progresso mundial, de um modo geral. O movimento de esquerda não ocorre só no Brasil; a universidade americana também virou uma área da esquerda. São processos mundiais. O mundo inteiro se transformou, não dá para separar o que aconteceu no Brasil com o resto do mundo. Dos anos 70 para cá, grandes mudanças ocorreram, como a globalização, por exemplo. E o Brasil passou uma fase de reação à situação através da atuação do Governo militar. Entretanto, não funcionou, e voltou ao regime civil, a uma democracia. É um processo mundial, os americanos apoiaram o regime militar, mas depois tiveram que abandonar e adotar os blocos econômicos. O sistema de blocos militares foi substituído pelo sistema de mercados comuns. Aos poucos, os governos militares ficaram circunscritos. Hoje, há regime militar no Iraque e no Paquistão, por acaso, porque aí esse regime começou a vigorar recentemente. Mas, no resto do mundo, há regimes fundamentalistas, mas não são mais regimes militares como no passado. A tendência é a formação de blocos econômicos como Mercosul, Nafta, Mercado Comum Europeu, o grupo do Pacífico, formado há bem pouco tempo. Hoje, existe outra estrutura mundial. Nessa estrutura há mudanças nas sociedades civis, particularmente nos EUA, a sociedade civil americana mudou. Então, há um novo mundo, e nesse novo mundo o que acontece na Geografia brasileira? A universidade que era um centro de direita virou um centro de esquerda, é um grande centro de esquerda, e o IBGE perde sua condição de centro hegemônico da Geografia brasileira. Atualmente, as relações internacionais se estabelecem pelas e para as universidades, antigamente os professores vinham ao Brasil pelo IBGE. As relações e os projetos internacionais passaram a ser organizados via universidade. Essa situação foi promovida pelo Regime militar; foi ele que determinou essa especialização, a pesquisa como atribuição da universidade e a informação como atribuição do Governo.

Mônica Machado: O modelo na universidade nos anos 70 é o modelo quantitativo?

Pedro Geiger: Primeiro prevalece o modelo possibilista, tanto na USP quanto na UFRJ, mas, aos poucos, entrou o modelo marxista. Contudo, muitos trabalhos não são bons, são simples reproduções. O quantitativismo entra



mesmo em Rio Claro. Na verdade, prevalecem as alianças entre os professores antigos, que se sentem ameaçados pela quantitativa, com os da esquerda, que enxergam na quantitativa a ideologia americana, por quê? Porque ela era anti-histórica, não valorizou o processo histórico, que é a base do marxismo.

Mônica Machado: A Geografia pensou o Brasil na escala nacional? Quem foram os geógrafos que se dedicaram ao estudo do Brasil como nação? A Geografia buscou em sua história uma teoria de Brasil, ou sempre tratou o país a partir da perspectiva regional?

Pedro Geiger: Uma teoria sobre o Brasil? Eu não li o último livro do Milton Santos sobre o Brasil, que foi escrito pouco antes de ele morrer. Bem, se eu tiver saúde, quem sabe eu ainda possa escrever um livro sobre o Brasil, uma teoria sobre Brasil. Uma teoria geográfica sobre o Brasil, na minha opinião, teria que valorizar o espaço geográfico. Ela teria que entender o que separa o Brasil das outras regiões da América Latina, enfim, o que dá a essa área uma especificidade histórica em relação às outras áreas ao seu redor. Mas isso não seria suficiente. Uma teoria geográfica sobre o Brasil teria que entender, nesse processo mundial, a expansão do capitalismo a partir dos descobrimentos, teria que voltar aos descobrimentos. Na época dos festejos dos 500 Anos, em 1992, quando houve a Eco Rio 92, quando eu participei do livro chamando “Geografia e Meio Ambiente”, eu me preocupei em fazer o primeiro artigo chamado “América, América”. A minha pergunta era sobre o poder norte-americano, sobre como os EUA, em tão pouco tempo, 500 anos de independência, 220 anos de independência norte-americana, os Estados Unidos fizeram a independência em 1776, se tornaram uma potência hegemônica mundial? Acho que essa é a pergunta mais importante para ser feita. Em um mundo com a Inglaterra, a Alemanha, a URSS, o Japão etc., como é que os Estados Unidos se tornaram a potência hegemônica do mundo? A minha resposta é simples e repousa na contingência geográfica, que tem um papel fundamental. (Se eu morrer, por favor, faça publicar essa entrevista, embora as idéias sejam minhas pode utilizá-las e transformá-las como sendo suas. É claro, você vai me dar um crédito, não? A partir do que eu falei você (re)elabora, faz uma nova interpretação e diz que sua interpretação foi possível partir desta entrevista.) Então, qual foi a conclusão a que eu cheguei? Há uma discussão teórica interessantíssima sobre a diferença entre Geografia histórica e História geográfica. Se você pegar o Rio de Janeiro e começar a descrevê-lo, como ele era no tempo, por exemplo, de Dom João VI, você estará fazendo uma Geografia histórica. Mas se eu pegar e descrever um país e desenvolver seu processo histórico apontando a influência da Geografia, eu estarei fazendo uma História geográfica. Assim, eu faria uma História geográfica do Brasil e não uma Geografia histórica do Brasil. Bom, qual é a História geográfica dos EUA? É simples. Na Europa há uma série de países, nações, que vão desenvolver o capitalismo europeu. A Inglaterra é a primeira nação do capitalismo e seu centro é Londres. A Holanda desenvolve o seu capitalismo e investe no Brasil, sua capital econômica é Amsterdã; na França, Paris, na Alemanha, Hamburgo e Berlim; no Império Austro-Húngaro, Viena. Então, há uma série de cidades, centros de nações que começam a desenvolver um modelo capitalista. Faz parte da regra do capitalismo a expansão, se não se expandir ele acaba. A expansão das forças produtivas e do capitalismo devem ser contínuas. Na Europa como esse processo vai ocorrer, se quando um país ao se expandir encontra outro país vizinho, a seu lado? Se a Inglaterra quiser se expandir tem a França ao lado, se a França quiser se expandir tem a Alemanha ao lado, se a Alemanha quiser se expandir tem a França ao lado. Como vai ser? Duas coisas acontecem, primeiro: guerreiam entre si, fazem guerras. As guerras são indefinidas e nenhuma nação consegue absorver a outra, formam assim alianças, blocos. Essas nações começam a se estender para fora da Europa. Cada uma delas vai organizar seu império. A Inglaterra faz seu império. A França faz seu império na Indochina, na Nigéria, no Marrocos. A Itália vai fazer na Líbia. A Bélgica vai fazer no Congo Belga. A Holanda vai fazer na indonésia. Portugal vai fazer em Macao, Angola,



Moçambique. A Espanha vai ter uma rota espanhola, as Filipinas acabam sendo perdidas para os EUA. A Alemanha vai fazer seu império na África alemã, que foi perdida na Primeira Guerra Mundial. Cada uma dessas nações fizeram seus impérios. Cria-se o chamado sistema imperial, o capitalismo imperial, o capitalismo nacional em escala mundial. Mas ele é nacional, quer dizer, cada país tem os seus capitais. Os EUA vão fazer o seu, e não vão ter nenhum país ao lado para se opor à expansão. O México não era, perdeu rapidamente. Mas não era só o México, todo o oeste americano era território de índio. Há alguma nação ao lado dos Estados Unidos para lhe fazer sombra, para impedir sua expansão? Não há. A expansão norte-americana se faz, *“from coast to coast”*, de costa à costa. De um lado, o Atlântico, de outro lado, o Pacífico. Os Estados Unidos são tão grande quanto à Europa toda, mas não há gente. As pessoas vêm da Europa para lá e vão criando um país só. Um país de um tamanho continental, onde o sistema é todo americano, Los Angeles é americana, São Francisco é americana, Boston é americana, Chicago é americana, Nova York é americana, Filadélfia etc. É um sistema urbano de um país só. Não há ninguém para dizer que é dono do lugar, não é como na Alsácia, por exemplo, onde franceses e alemães disputam sua ocupação. Nos Estados Unidos não há ninguém dizendo-se dono, os que poderiam fazer tal afirmação eram os índios, mas estes foram todos massacrados. Ninguém pode dizer “eu sou primeiro aqui”. Há uma mistura geográfica, não é como na Rússia, a Rússia branca, os ucranianos, os chechenos, por exemplo. Ou na Espanha, aqui são os galegos, aqui são os catalões. Nos Estados Unidos predominam a mistura, o máximo que pode haver é a separação de guetos dentro da cidade, mas não há uma geografia que aponte essa divisão. Isso significou uma mobilidade territorial como nunca vista. Nos EUA a idéia da velocidade é muito forte. Nos EUA se inventou o movimento, estradas de rodagem, automóvel particular, cinema, cinema americano é a ideologia do movimento. As populações que se movem, os filhos que não moram com os pais e que vão procurar outras cidades, pessoas que trabalham numa cidade e amanhã vão trabalhar em outra. Isso não havia na Europa. Cria-se, assim, um padrão de cultura, de civilização e de organização totalmente diferente do capitalismo europeu. Precisam de Império colonial. Não, precisam de outra coisa, precisam de um comércio livre no mundo inteiro. Os EUA passaram a ser o centro dos investimentos que vêm de fora, depois passaram a investir fora e a receber dinheiro também. Passaram a receber gente de todos os lugares. Passaram a expandir a economia, uma economia de um tamanho continental. Para isso, dispuseram de dois oceanos, passaram a dominar o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. Passaram a ter relações com a Europa, com o Japão, com a China. Contam com dois oceanos livres, quem é que tem dois oceanos livres desse porte? A Rússia tem ao norte, tem o Mar Ártico, gelado, para sair pelo Báltico, são estreitos, fechados, para sair do Mar Negro é um estreito, lá no Pacífico é coberto de gelo durante o ano todo, só durante seis meses, o porto de Vladivostok só funciona uma parte do ano. Quem é que tem dois mares enormes, duas costas enormes, abertas, funcionando o ano todo? Quem tem um canal ainda ligando os dois, que é o canal do Panamá? Os EUA, geograficamente, criaram uma História geográfica específica, diferente dos outros lugares do mundo. Sempre estiveram, pela influência de fatores geográficos, longe dos perigos de guerra que a Europa e Ásia sempre viveram. Os Estados Unidos nunca tiveram ataques dentro do seu território, eles se envolveram na Primeira Guerra Mundial com sucesso; na Segunda Guerra Mundial, com maior sucesso ainda, porque não tiveram nenhuma destruição. Eles conseguiram, depois da Guerra, fazer com que o mundo se descolonizasse e apoiou todos os movimentos de descolonização. A política americana era, e continua sendo, de grande interesse para o capitalismo mundial, que necessitava da independência dos países, porque todo mundo poderia comercializar, todo mundo poderia participar. Pensa um pouco no que era a Europa antes da Segunda Guerra Mundial, onde a Índia era uma concessão inglesa, se você quisesse fazer turismo na Índia era necessário pedir o visto em Londres. Hoje, você vai para a Índia direto. Imagina o que era o mundo colonial; se um comerciante brasileiro quisesse vender produtos para a Índia, tinha



que ser via Inglaterra. A partir da Segunda Guerra Mundial, houve uma diminuição, um abandono dos impérios. Os impérios foram ruindo, acabou o império inglês, acabou o império francês, acabou o império italiano, os impérios acabaram, belga, holandês, todos os países ficaram independentes. Nesse novo mundo, os Estados Unidos efetivaram a globalização. Para os EUA administrarem o mundo americano tiveram que inventar a velocidade, a tecnologia, que é suporte dessa velocidade. Os EUA passaram a ser o centro tecnológico mundial. Essas condições de nascedouro, uma economia nacional de tamanho continental capitalista, faltou ao Brasil. O Brasil não se desenvolveu como país capitalista, faltou capitalismo no Brasil. Aqui o país se desenvolveu mais como um centro de poder do Estado, as forças privadas capitalistas não tiveram, no Brasil, o papel que tiveram nos EUA, que permitiram a supremacia norte-americana. Esse movimento capitalista, de modelo europeu, um capitalismo de capitais privados se desenvolvendo numa condição geográfica específica, tanto do ponto de vista da dimensão territorial do país e das suas cidades, com todas as conseqüências favoráveis em termos de recursos naturais, em termos dos oceanos, uma série de elementos geográficos que vão se juntando, fizeram com que os EUA, de repente, aparecessem mais preparados para a realização de uma economia mundial, de globalização. Apoiados em um enorme poder militar, com esquadras nos dois oceanos, Pacífico, Atlântico e também esquadra no Índico, os EUA fizeram o que a Inglaterra fez: o domínio dos mares, passou a ser agora um domínio americano. Com a tecnologia o domínio do espaço também passou a ser um domínio americano, uma potência hegemônica.

Mônica Machado: E como poderia ser construída a história geográfica do Brasil?

Pedro Geiger: Eu estou pensando em como, usando esse modelo, poderia ser desenvolvida uma História geográfica brasileira, que falta à Geografia brasileira. Teria que englobar a luta pelas desembocaduras, a desembocadura do Rio Amazonas versus a desembocadura do Rio da Prata. O Brasil dominou a saída do Rio Amazonas, mas não dominou a saída do Rio da Prata. Teria que englobar a situação e a localização do território brasileiro, o que implicaria falar que o Brasil só teve uma costa, não teve duas costas como os Estados Unidos tiveram. Teria que ser mencionada a não-realização da reforma agrária brasileira, algo que os americanos fizeram. Quando os americanos se expandiram das Treze Colônias para a América do “middle west”, aquela área de trigo e de milho, aquela área rica da planície central americana, eles fizeram uma reforma agrária. Eles ocuparam a Planície Central americana dividindo as terras, dando-as para os colonos. Nós só fizemos isso no Brasil, na época do Getúlio, com as colônias agrícolas de séries, ou com a colonização no Sul do Brasil, mas sem comparar com o que foi a reforma agrária americana. A passagem da mentalidade inglesa de renovação, de inovação, de invenção tecnológica para os Estados Unidos foi também fundamental. O pensamento inglês sempre foi um pensamento de pesquisa, muito bem retratado por Humberto Eco em *O Nome da Rosa*. A Inglaterra se desenvolve no século XVI, XVII, e essa mentalidade vai ser transplantada para a América do Norte. Qual é o nosso transplante? É o transplante da mentalidade portuguesa. Influência da Corte portuguesa, da organização social portuguesa. Há um lado positivo. O português foi um bom colonizador, melhor que o Holandês, que o Espanhol, no sentido de se misturar com a população. Para montar uma História geográfica do Brasil precisaríamos estudar a cultura e a história brasileiras e introduzir a Geografia. Eu fiz um primeiro ensaio sobre esse assunto, que era um artigo chamado “Litoralização e interiorização do Brasil”, que apresentei no Congresso de Geografia Cultural na UERJ, no ano passado. Eu mostro o que foi a ideologia de litoral e interior no Brasil. Brasília, por exemplo, é uma expressão da ideologia do interior contra o litoral. Essa posição litoral-interior também existe nos EUA hoje; para muitos americanos Nova York não é uma cidade americana, porque ela é viciada em função da relação com o exterior, o cinema americano é o texano. No Brasil ocorre algo semelhante.



Muitos brasileiros achavam que o litoral era uma parte alienígena brasileira, que o Brasil do interior era o que valia e Brasília deveria ir para lá, porque lá era o verdadeiro Brasil. Então, eu acho que uma Geografia brasileira que fizesse uma interpretação do Brasil talvez tivesse que mexer com tudo isso.

Mônica Machado: Na universidade, hoje, no campo da Geografia, quem seria capaz de construir uma leitura do Brasil?

Pedro Geiger: No momento eu penso que seria eu. Mas, infelizmente, o que me falta é conhecer mais o Brasil de hoje, do interior. Eu não tenho viajado atualmente, eu viajei muito no passado e o Brasil que eu conheço é um Brasil não recente. Quem sabe eu faço isso no ano que vem, viajar pelo Brasil e interpretar os trabalhos dos colegas. Eu realmente gostaria de fazer esse trabalho. Eu acho que a Geografia está precisando entender algumas coisas do país, mas eu tenho visto muito trabalho da Geografia dedicado à teoria. O que significa, por exemplo, o Brasil entre 1960 e 2000 passar da população urbana de 46% para cerca de 86%? O que significa essa realidade tendo em vista a política de favorecimento da produção que sempre houve no Brasil, embora o produtor sempre tivesse sido onerado pelo Estado? No Brasil, havia duas forças consideradas fundamentais: o Estado e o produtor, o empresário. O Estado sempre protegeu o empresário, mas sempre cobrou um preço muito alto dos empresários. E a população brasileira sofrendo duplamente, na mão do Estado e na mão do empresário, do capital. A massa de brasileiros sofre porque tem que sustentar a máquina do Estado, os funcionários públicos, e tem também que pagar o capitalista, que, embora leve uma boa quantia, corre também muitos riscos. Vou ganhar menos mas vou vender mais, essa é a teoria do consumo de massas. É algo que deve ser comparado com os Estados Unidos. Um brasileiro dirá que aqui não é possível pensar dessa maneira. Nos Estados Unidos, se alguém não pagar, a justiça o obriga a fazê-lo. No Brasil não, em função da tradição portuguesa. Se alguém não pagar, a justiça vai demorar anos para cobrar, ou ele não vai pagar nunca. No Brasil, a tese repousa na necessidade de fazer um lucro grande sobre os que pagam para compensar os que não pagam. No Brasil, os juros são mais altos porque a inadimplência é muito grande, porque muita gente não paga e a cobrança não se faz, porque não há justiça. Nos EUA, há um sistema que funciona, e aqui não. Na história brasileira há uma história econômica que não é bem capitalista, porque as regras do capitalismo não funcionam, como por exemplo uma justiça atenta e rápida, que é uma das condições do capitalismo. Há uma história brasileira onde o consumo de massa não fazia parte do modelo. O modelo brasileiro tinha a preocupação de atender a um Estado que se expande, que é a fonte de uma classe média, e os produtores, que têm garantida sua reprodução como produtores, mas que têm que pagar bem ao Estado. Isso foi verdadeiro durante muito tempo. A partir de 1994, com o Plano Real, entra a nova ideologia, não sei se vai durar, a ideologia de que não há apenas o Estado e o produtor, há também o consumidor. O consumidor só existe na medida em que o país se urbanizou. A classe média e a classe média baixa no Brasil é uma enormidade, não há só miséria no Brasil. É grande a miséria no Brasil em números absolutos, mas como o Brasil possui hoje 160 milhões de habitantes, mesmo dizendo que os miseráveis somam 1/3 da população, ainda sobram 100 milhões de brasileiros. É um outro panorama numérico, no qual se destacam o mercado e o consumidor, que passam a pesar na história brasileira. Uma visão do Brasil tem que considerar, em primeiro lugar, o fenômeno da urbanização e sua expressão em termos econômicos e sociais. Na medida que a população cresce menos em termos vegetativos, mais idosos e menos crianças, os gastos começam a se alterar. Há necessidade de mais saúde, talvez menos escola. Então, todo o modelo se modifica, uma mudança demográfica, uma mudança geográfica da distribuição da população. É necessário também colocar esse quadro no contexto de uma economia dinâmica de mercado, da qual essa realidade faz parte. É necessário considerar, nessa visão do Brasil, a dinâmica do mundo, a dinâmica interna



brasileira da população, a Geografia, ou seja a reestruturação do espaço brasileiro, uma vez que ele é o mesmo desde o Barão de Rio Branco, nesse modelo mundial e nesse modelo demográfico-espacial.

Mônica Machado: É possível falar em uma Geografia carioca?

Pedro Geiger: É possível falar em uma Geografia carioca se nós a considerarmos como uma Geografia do Rio de Janeiro, capital da República. Muita coisa do que está acontecendo foi vivido em um ambiente político de uma capital da República, até a construção de Brasília. Mas Brasília só é realmente consolidada quando o Governo militar decide ficar lá. Nos quatro primeiros anos da década de 1960, a situação do Governo federal era muito problemática. Brasília ainda não se colocava. Quando Jânio Quadros saiu do governo, ele afirmou que se estivesse no Rio de Janeiro ele não teria caído. O Rio de Janeiro era um centro muito importante. Muitos órgãos ainda estavam no Rio de Janeiro, não haviam sido transferidos, as embaixadas estavam no Rio de Janeiro. Com o Golpe militar pairou uma dúvida sobre o retorno dos militares para o Rio de Janeiro. A crítica não era só a João Goulart, mas também a JK, ao dinheiro gasto e à corrupção que houve na construção de Brasília. Havia uma dúvida se a capital continuaria em Brasília ou se voltaria para o Rio de Janeiro, em 1964. Onde acontece o Golpe militar? Por acaso os militares saíram de Minas Gerais para ocupar Brasília? Como foi o Golpe, militarmente falando? Ele consistiu na ocupação do Rio de Janeiro pelas tropas de Minas. Ocupou-se o Rio e não Brasília. A vitória se dá no Rio de Janeiro. Em 1964 o Rio de Janeiro era extremamente importante. O Golpe militar é dirigido para ocupar a cidade do Rio de Janeiro, onde estava a maior base militar, a Vila Militar, e para onde vieram também as forças de São Paulo. São Paulo decide a história. Na verdade a ascensão de Brasília representou a ascensão de São Paulo. Em suma, o Golpe militar se deu no Rio de Janeiro, que era a base político-militar importante, e não Brasília. Quem vai realmente transformar Brasília na capital do país, mais uma vez, é o Governo militar, que foi decisivo na história brasileira. Nós ainda teremos muito para falar do Governo militar, não no sentido de mostrar só as atrocidades, mas todos os aspectos da história brasileira. A partir daí foram sendo transferidas as coisas para Brasília. Na medida em que a Geografia do Rio de Janeiro era identificada com uma visão nacional, a partir do Rio de Janeiro, principalmente a do IBGE, essa Geografia é uma Geografia carioca. É a visão do Brasil a partir do Rio de Janeiro, que embora fosse do IBGE carrega consigo também as universidades. Acho que existe uma Geografia carioca que estudou o Rio de Janeiro, cidade e estado. Mas acho que existiu uma escola do Rio de Janeiro, a escola de Pierre George, que foi uma escola do Rio de Janeiro. A Revista Brasileira de Geografia, o Boletim Geográfico e o Boletim Carioca de Geografia eram publicados no Rio de Janeiro. Havia uma Geografia editorial de produção de conhecimento bastante vinculada à cidade do Rio de Janeiro. O trabalho da Lysia, por exemplo, “A cidade do Rio de Janeiro e sua região”, foi pioneiro, pois apontava a metrópole com sua área de influência. Foi uma produção do Rio de Janeiro, do IBGE. Na universidade, a Maria do Carmo parece que dirige pesquisas sobre a Geografia agrária do Estado do Rio de Janeiro. O meu trabalho sobre a Baixada Fluminense, em 1956, ao levantar a idéia de um capital urbano que se aplicava na vida agrícola na Baixada Fluminense, é Geografia do Rio de Janeiro, é uma Geografia carioca. Há uma Geografia carioca, da mesma forma que há uma Geografia paulista. O Aroldo de Azevedo faz um livro da AGB para a cidade de São Paulo, vários volumes. No Rio de Janeiro foi feito um livro chamado *Geografia Carioca*, publicado pela AGB. Houve também vários estudos sobre o Rio de Janeiro, a Therezinha Segadas fez um estudo sobre Nova Iguaçu, quando ela estava na UFRJ.

Mônica Machado: Professor Geiger, muito obrigada por essa entrevista.